
INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COMO PROMOTORES DO TURISMO SUSTENTÁVEL

PLANNING INSTRUMENTS AS PROMOTERS OF SUSTAINABLE TOURISM

ABSTRACT The practice tourism in recent decades has become a phenomenon in society in general and Europe in particular. It is therefore necessary to carry out a theoretical approach on the relationship between spatial planning, the development of man as a member of a global community and sustainable tourism. In this sense there is a need to study the various instruments of territorial management, aiming to promote values and indicators that can contribute to one of the great designs of the Organization United Nations - Sustainable Development.

The purpose of this article is to present a set of instruments for territorial management, linking them with tourist activity and demonstrating that these can be a differentiating element and of importance to the promotion of sustainable tourism.

With the writing of this article is intended to demonstrate the correlation between a set of instruments of territorial management, as well as various indicators and models for monitoring and evaluation in the European Union and the territory under case-study, the municipality of Torres Vedras. The County is encompassed in the Nut III - West, located 45kilometers from the capital Lisbon, with multifunctional characteristics in terms of territory, it can aggregate the urban, rural and coast, where its historical and natural heritage are reference in the offer tourist.

PALAVRAS-CHAVE

Instrumentos de Gestão Territorial, ordenamento do território, turismo, sustentabilidade, indicadores

KEYWORDS

Instruments of Territorial Management, spatial planning, tourism, sustainability, indicators

CARLOS BERNARDES Doutorando em Turismo IGOT / ESHTe

1. INTRODUÇÃO

O objectivo deste artigo é apresentar um conjunto de instrumentos de gestão territorial, interligando os mesmos com a actividade turística e demonstrando que estes podem ser um elemento diferenciador e de relevo para a promoção do turismo sustentável e o desenvolvimento do turismo sustentável, (Smith, 2001) descreve-os como conceitos culturais. São termos flexíveis pois implicam uma gestão ambiental e uma dinâmica equilibrada.

O turismo é um fenómeno que tem o seu início no século XX, em 1942, graças sobretudo ao progresso económico, social e cultural da sociedade ocidental. O turismo é definido como um conjunto de relações e fenómenos originados pela deslocação de pessoas, fora dos local habitual da sua residência permanente (Cunha, 2007).

O turismo ganha extrema importância, especialmente após a segunda grande guerra, de forma gradual, a actividade turística e o seu crescimento originam a interligação entre esta actividade e o planeamento do espaço onde a actividade é desenvolvida.

A referida ligação começa por ser dada através de modelos de desenvolvimento regional e da sua relação com o turismo, surgindo assim a necessidade de criar uma linguagem teórica e científica que dê suporte a essa relação (Reigado, 2000).

Esta relação origina que o território seja visto como um sistema, conceito que será determi-

nante no desenvolvimento da definição de planeamento (Silva, 1973).

O planeamento deverá conter três áreas funcionais que são o conceito de sistema, a distinção entre sistemas abertos e sistemas fechados e as propriedades gerais dos sistemas.

Segundo Charles Reigh, o planeamento passa por duas classificações: classificação do tipo funcionalista e classificação do tipo operacional. A primeira define a noção de “inter-relação” onde se pode analisar a relação entre as várias regiões ou sectores da economia, onde está presente o turismo, as segundas fazem a distinção entre o sistema, conceito que tem como base a relação entre um conjunto de elementos relacionados entre si e o ambiente exterior onde está inserido (Reigado 2000).

O mito do decisor isolado começa a ser colocado em causa nos finais do século XX, ganhando força toda e qualquer relação entre actores que apontem para a criação de parcerias e de redes que, do nosso ponto de vista, se assumem como o modelo de futuro na área do planeamento, onde o ordenamento do território é peça chave para o desenvolvimento territorial. O Planeamento é assim determinante para todo o processo de tomada de decisão (Quade, 1975).

Uma análise completa e adequada da situação leva a uma tomada de decisão ponderada e equilibrada por parte dos agentes turísticos (públicos e privados). Estas decisões devem ser consideradas como um elemento chave no planeamento turístico e na sua relação com o ordenamento do território por forma a atingir os ob-

jectivos propostos bem como a respectiva monitorização e avaliação de todo o processo de planeamento.

Os instrumentos de gestão territorial como o Plano Regional de Ordenamento do Território, o Plano Director Municipal, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e a Rede Natura 2000 (Zona de Protecção Especial de âmbito Europeu, através das Directivas Comunitárias Aves e Habitat), bem como todo um conjunto de modelos que visam a promoção da sustentabilidade, tais como:

- Agenda 21 local (A21L) ;
- Programa Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE);
- Programa Quality Coast (QC);
- Programa ECOXXI / ABAE;
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

Todos estes instrumentos, planos e modelos são fundamentais, para uma promoção sólida e continua do turismo sustentável, visando o equilíbrio territorial.

2. IMPACTES DO PLANEAMENTO TERRITORIAL E A SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

Tendo como ponto de partida a promoção do Turismo Sustentável e o desenvolvimento local num território com litoral é necessário reflectir sobre um conjunto de dados que influenciam ou influenciaram o desenvolvimento do território e a sua qualificação.

Iremos procurar demonstrar que o Homem tem um papel determinante e exerce influência sobre os conceitos locais de desenvolvimento, nomeadamente o conceito de desenvolvimento sustentável. O conceito surgiu em 1987, através da Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas (ONU), pela Declaração Bruntland, definia o Desenvolvimento Sustentável como «aquele desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas» (Guardado 2003).

Os impactes da humanidade sobre o planeta tornaram-se agora ainda mais evidentes, em parte porque a população já ultrapassa mais de sete mil milhões de pessoas, segundo a UNWTO, em 2012, mil milhões são turistas. Torna-se assim fundamental olhar para o turismo sustentável, que segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT) deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento económico da actividade, mas de forma sustentável, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações.

Portanto, o desenvolvimento turístico deve pausar por economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, deve ser privilegiado e encorajado pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais (Artigo 3 Código de Ética - OMT), como forma de preservação e de conservação dos habitats naturais e das culturas das comunidades locais.

Os impactes da humanidade, são do ponto de vista geológico, os efeitos mais visíveis na paisa-

gem (Kolbert, 2011), se por um lado os seres humanos transformaram o planeta através da agricultura onde cerca de 38 % da superfície terrestre livre se encontra dedicada a esta actividade. Por outro lado, enormes volumes de solo libertados pela erosão das terras desflorestadas estão a aumentar a sedimentação em algumas regiões do mundo, mas ao mesmo tempo, as barragens que construímos em quase todos os grandes rios estão a reter sedimentos que, de outra forma seriam arrastados para o mar.

A verdadeira causa de todas estas alterações e muitas outras que se poderiam enumerar é sem dúvida, a acção do Homem sobre a Terra.

Assim, de forma a podermos contribuir para atenuar todos estes impactes, é de extrema importância dinamizar a acção local, criando mecanismos tendentes a diminuir os impactes causados pela acção humana. Desta forma, as políticas de ordenamento do território com uma visão estratégica são determinantes para garantir um futuro sustentável. É aqui que os instrumentos de gestão territorial se enquadram, podendo, se trabalhados em equipas multidisciplinares, ser importantes elementos para a construção de um planeamento estratégico e eficaz com vista a atingir um desenvolvimento sustentado dos espaços. Este paradigma é de certa forma essencial para a actividade turística, pois no quotidiano verificamos um maior interesse dos turistas para com questões relacionadas com o ambiente, as comunidades locais e as economias locais.

3. A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cronologicamente, podemos considerar a Conferência de Estocolmo em 1972, como um dos primeiros marcos do debate internacional em matéria de desenvolvimento sustentável.

No entanto é apenas a partir de 1992 data em que se realiza a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), que ficou conhecida como Eco 92 ou Rio 92 que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente difundido.

Nesta mesma conferência nasce também a já citada A21L que propõe os conceitos operacionais para a aplicação de uma política de desenvolvimento sustentável, referenciando a construção de planos de acção a serem implementados a nível global, nacional e local, pelas organizações do sistema das Nações Unidas, governos e autoridades locais, bem como pelos cidadãos em todas as áreas onde a actividade humana provoca impactes ambientais. Desde então, diversos países passaram a considerar o desenvolvimento sustentável como componente da sua estratégia política, conjugando, o ambiente, a economia e os aspectos sociais.

Também importante é o projecto das Cidades Sustentáveis criado em 1993, pela Comissão Europeia. A Carta de Aalborg (1994) vem por seu lado impulsionar as autoridades locais a aderirem

àquele projecto, servindo também como guia sobre o processo da A21L. A implementação dos princípios gerais da Carta de Aalborg foi discutida em Lisboa, em 1996, dando origem ao documento complementar intitulado “Da Carta à Acção”.

Em Setembro de 2002, em Joanesburgo, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável reafirmou, claramente, a necessidade da plena implementação da Agenda 21, do Programa para Implementações Futuras e do Compromisso com os Princípios do Rio. Decidiu-se então que em consonância com os Objectivos do Milénio, seria declarada a década 2005-2014 como “A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) tem como objectivo global integrar os valores inerentes ao Desenvolvimento Sustentável nas diferentes formas de aprendizagem, com vista a fomentar as transformações necessárias para atingir uma sociedade mais sustentável e justa para todos.

Baseia-se na visão de um mundo no qual todos tenham a oportunidade de aceder a uma educação e adquirir valores que fomentem práticas sociais, económicas e políticas que contribuam para uma transformação positiva da sociedade. Este quadro orientador de valores só faz sentido se alcançar todo um conjunto de acções, que visem redireccionar o actual caminho de insustentabilidade em que se conduz o desenvolvimento na maior parte das sociedades.

Portugal, assume um papel importante nesta vertente de acordo com a Estratégia Nacional

para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), com um horizonte temporal de 2008-2015. Esta estratégia visa ir ao encontro das preocupações da União Europeia, no desenvolvimento de políticas tendentes a promover uma melhor qualidade de vida nos seus territórios.

Neste contexto, é fundamental a elaboração de estratégias que contribuam para reforçar as capacidades dos territórios em matéria de ordenamento do território, ambiente urbano e turismo sustentável.

Do ponto de vista estratégico Portugal elaborou um Plano com uma visão estratégica, o PENT, trata-se de um documento que na sua essência visa a promoção do Turismo Sustentável no território nacional, visando o reforço da modernização e qualificação do Turismo Nacional, tem um período de vigência de 2007-2015, tendo sido alvo de revisão entre Fevereiro e Junho de 2010, em virtude da conjuntura económica e financeira adversa em que vivemos actualmente, onde o sector do turismo tem vindo também a sofrer com a mesma.

4. CASO DE ESTUDO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS

O presente caso de estudo como já foi mencionado anteriormente, foi sobre o território do Município de Torres Vedras, onde procuraremos demonstrar que através de políticas de planeamento, gestão e monitorização territorial é possível promover o desenvolvimento sustentável,

onde a componente económica, a par das componentes sociais, ambientais e políticas deverão ser rigorosamente trabalhadas, tendo como base de partida o *Plano Regional de Ordenamento do Território Oeste e Vale do Tejo – (PROT OVT)* é um instrumento territorial e de natureza estratégica. Estabelece a estrutura regional do sistema urbano, das redes de equipamentos de interesse regional bem como as redes de infra-estruturas, definindo os objectivos relativos à localização das actividades e dos grandes investimentos públicos. O seu quadro normativo tem como base orientações estratégica, cujo objectivo genérico é o ordenamento do território. De acordo com as orientações das políticas de coesão da União Europeia, o PROT OVT, foi publicado em 2009, para além de ser um pilar da política de desenvolvimento territorial, é um documento de referência para a definição dos programas de acção co-financiados pelos fundos estruturais. A elaboração de instrumentos de gestão territorial, definida pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, tem em vista dar orientações para a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território. O presente plano visa:

- i. Orientação na elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território;
- ii. Promoção das políticas sectoriais e ambientais no ordenamento do território e a coordenação das intervenções;
- iii. Definição de directrizes para o uso e transformação do território no âmbito das estratégias estabelecidas.

Salienta-se o facto de na vertente estratégica de base territorial para o desenvolvimento do Oeste, onde está inserido o território em estudo a definição de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico que tire o partido das singulares condições naturais do Oeste.

O *Plano Director Municipal (PDM)* é um instrumento de gestão territorial (IGT) de elaboração obrigatória que, no conjunto dos diversos IGT e em articulação com os restantes já mencionados contribui para dar corpo à Política de Ordenamento do Território.

O PDM como um instrumento de planeamento territorial, destaca-se pela sua natureza estratégica e também regulamentar que vincula a administração pública e particulares, estabelecendo o modelo de estrutura espacial do território municipal que assenta, essencialmente, na classificação do uso do solo com regras menos casuísticas, definindo claramente, um conjunto de áreas, com especial enfoque para a reserva agrícola nacional, reserva ecológica nacional, áreas urbanas, áreas urbanizáveis, áreas turísticas, entre outras (Simões 2007).

A consulta pública dos estudos do PDM e de toda a documentação que lhe está associada permite a todos um melhor conhecimento do território e possibilita um tipo de participação bastante mais eficaz nos processos de tomada de decisão.

No território em estudo o *Plano Director Municipal* tem tido ao longo dos anos um papel determinante no modelo de gestão territorial, a aprovação do primeiro Plano ocorreu em 1995, sendo um instrumento de gestão territorial de pri-

meira geração, onde a base cartográfica tinha um conjunto significativo de insuficiências, apesar de tudo demonstrou ser um elemento extremamente relevante, na promoção de uma nova cultura de ordenamento e planeamento.

Com a evolução das tecnologias de informação e comunicação, surge um novo paradigma na gestão territorial, adoptando-se os Planos designados de segunda geração, tendo por base o modelo de aprendizagem dos planos de primeira geração e uma base de cartografia digital com uma precisão que permitiu aos agentes da administração pública e privados ter acesso *online*, que em muito veio contribuir para uma maior cidadania.

Em 2007, foi publicado o Plano de segunda geração, que tem como eixos estratégicos a valorização do território, a promoção dos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, bem como da construção de equipamentos hoteleiros e de restauração, organização de actividades de ar livre e a melhorias da qualidade das praias e dos seus equipamentos de apoio, elementos importantes para apoio à actividade turística, o Plano define seu artigo 33º, as áreas de aptidão turística, caracterizando-se por terem vocação para a localização de empreendimentos turísticos relacionados com a actividade turística, tais como: Porto Novo/Maceira, Quinta da Piedade, Conjunto Turístico a Sul do Casal do Seixo, Mexilhoeira, Santa Cruz, Boavista-Silveira, Termas dos Cucos, Ereira/Vila Seca, Ribeira de Maria Afonso, Turcifal/Cadriceira e Feliteira, estas áreas são produto do planeamento efectuado.

Nesse sentido, existe outro IGT, que é fundamental para dar suporte à requalificação das zonas costeiras, o *Plano de Ordenamento da Orla Costeira* (POOC), é um instrumento de natureza regulamentar da competência da administração central, cujos objectivos são: ordenar os usos e actividades da orla costeira, classificar as praias e regulamentar o uso balnear, valorizar e qualificar as praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos, orientar o desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira e assegurar a defesa e conservação da natureza.

O litoral continental português foi dividido em 9 troços, sendo definidos 9 POOC, que se encontram todos aprovados e publicados. O território em estudo está inserido no POOC Alcobaça – Mafra, cuja sua publicação ocorreu em 2002.

A área de intervenção do POOC abrange uma largura máxima de 500 m contados a partir do limite das águas do mar para terra e uma faixa marítima de protecção até à batimétrica dos 30 metros, Resolução do Conselho de Ministros, nº11/2002.

O outro instrumento criado em 1992, que tem um papel importante enquanto elemento da conservação da biodiversidade e da natureza, é a *Rede Natura 2000*. Trata-se de uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia. Tem como finalidade assegurar a longo prazo a conservação de várias espécies e habitats ameaçados da Europa, sendo um instrumento de ordenamento do território fundamental na estrutura geofísica do Município, pois garante o modelo de conservação da natureza e da biodiversidade no

meio marinho, cujo contributo para a promoção do turismo sustentável é sem dúvida um elemento estruturante do território em estudo. O município de Torres Vedras está abrangido por dois sítios da *Rede Natura 2000*: Peniche / Santa Cruz e Sintra / Cascais.

Como se pode verificar, existe um conjunto de IGT no município de Torres Vedras, que tem um papel importante, enquanto promotor de planeamento e gestão territorial, que deverá ser dinâmico, participativo, eficaz e acima de tudo, ter como objectivo promover um território sustentável. De seguida, apresenta-se um conjunto de instrumentos suportados por um conjunto de indicadores que devem ser dinamizados e monitorizados, tendente à evolução dos IGT e, nomeadamente, à promoção da qualidade de vida das comunidades locais e dos visitantes.

5. INSTRUMENTOS PROMOTORES DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

Apresenta-se, de seguida um conjunto de instrumentos promotores de valorização do território, sustentabilidade e de cidadania. *Agenda 21 Local* (A21L) é um deles, sendo um plano de carácter estratégico e operacional que tem como principal objectivo alcançar comunidades sustentáveis, ou seja, comunidades com uma economia local forte e viável, socialmente justas, inclusivas e em paz, eco-eficientes e com boa governação.

A A21L apela à construção de uma visão integradora dos aspectos ambientais, sociais e eco-

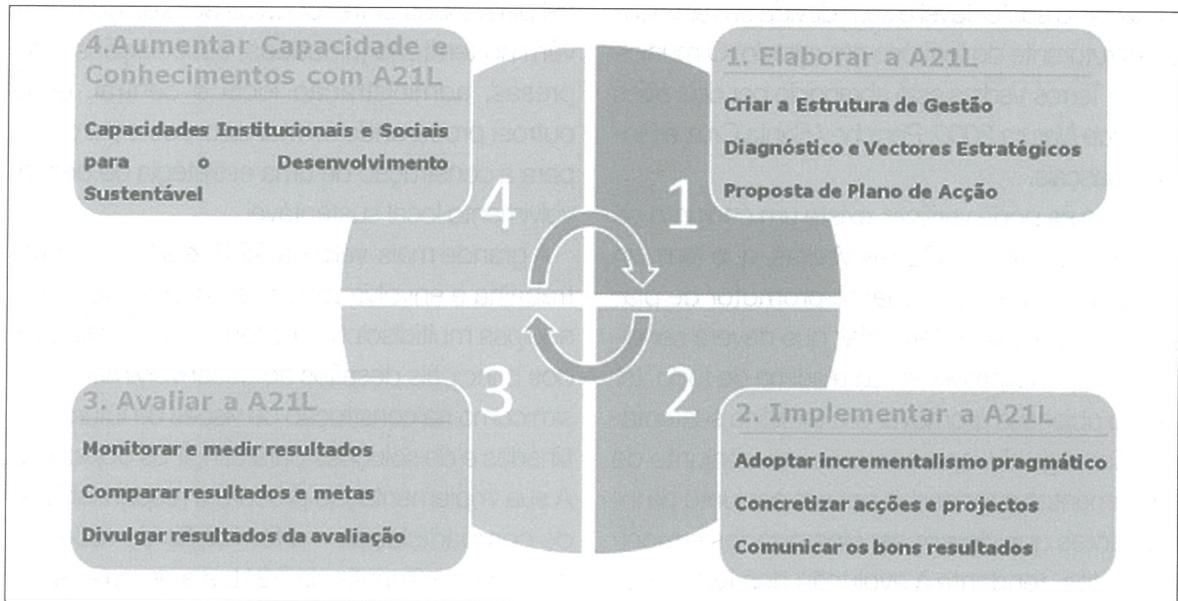
nómicos, assentando numa forte governação local participada entre todos os actores que intervmem no território (cidadãos, associações, empresas, administração local e central, entre outros) procurando formar acordos e parcerias para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável.

A grande mais-valia da A21L é a forma como trabalha e envolve todos os actores locais em equipas multidisciplinares tanto na identificação dos principais desafios ao desenvolvimento assim como na construção de visões de futuro partilhadas e de soluções para atingir os objectivos. A sua implementação procura a responsabilidade comparticipada e a formação de redes de parcerias. A filosofia da A21L é a de que os desafios encontrados devem ser ultrapassados com o envolvimento activo de todos os actores dessa comunidade.

De modo geral, o ciclo de planeamento da A21L é constituído por 4 fases principais.

1. A 1ª fase de Elaboração da A21L, que inclui a definição da estratégia e o plano de acção com as respectivas fichas de projectos prioritários;
2. A 2ª fase designada, a fase de Implementação, em que se tomam decisões e se implementam as acções no terreno;
3. A 3ª fase designada a etapa de Avaliação, em que se monitorizam e avaliam os resultados alcançados e se comparam os resultados com as metas e objectivos pré- estabelecidos;
4. A 4ª fase designada etapa de Aprendizagem, em que se aumentam os conhecimentos para

Figura 1 – Esquema das 4 etapas do processo de planeamento da A21L.



ajustar o processo de planeamento e se melhoram as capacidades dos diversos actores envolvidos. Esta fase atravessa todas as outras.

Torres Vedras respondeu, ao desafio lançado pelas Nações Unidas na Conferência do Rio de Janeiro e na senda das boas práticas internacionais decidiu implementar a A21L e aderir aos Compromissos de Aalborg.

Assim, em 2008 é elaborado o Plano de Acção, que contou com a realização de 21 Fóruns de participação, que contou com a participação de 500 pessoas e entidades, sendo seleccionados 128 projectos prioritários, no final de 2011, 87% desses projectos estavam em fase de implementação, estando prevista a conclusão do Plano de Acção em 2015.

O Programa Bandeira Azul da Europa promovido pela a Organização Não Governamental (ONG) , Associação Bandeira Azul da Europa para Portugal, é uma iniciativa voluntária que visa dotar as zonas costeiras da União Europeia de altos níveis de qualidade das águas balneares e respectivas infra-estruturas envolventes, visando a promoção do Turismo Sustentável, existindo em Portugal há 23 anos, a distinção é efectuada através da atribuição de um galardão, com o objectivo de certificar as zonas de usos balnear.

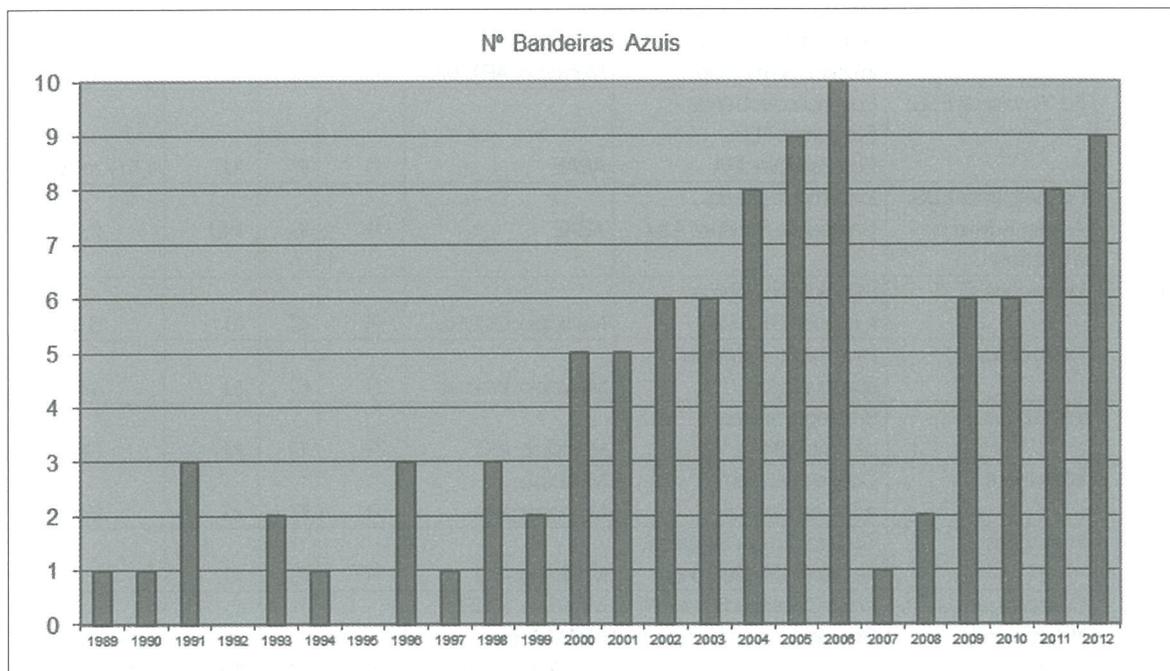
O referido programa é constituído por quatro critérios base, nomeadamente:

- Informação e Educação Ambiental;
- Qualidade das Águas;
- Gestão Ambiental e Equipamentos;
- Segurança e Serviços.

Para suporte dos referidos critérios existem trinta e dois indicadores, sendo impreterível a sua validação. De seguida, apresenta-se um quadro

resumo da evolução do programa no município de Torres Vedras.

Gráfico 1 – Fonte CMTV



Podemos verificar que houve uma evolução constante até 2006, devido ao facto de se proceder à implementação dos planos de despoluição das bacias hidrográficas dos rios Sizandro e Alcabrichel, através do aumento da qualidade das águas de uso balnear. Nos anos 1992 e 1995, não houve a participação do município no programa. Em 2007 apenas uma praia recebeu o galardão em virtude de se ter dado início à implementação do POOC, tendo vindo a evoluir positivamente até 2012.

A Associação Bandeira Azul da Europa Portugal, desenvolveu nos últimos 6 anos um modelo, voluntário e inovador, que visa, através de conjunto de indicadores medir a evolução da sustentabilidade nos territórios municipais. Com a designação de *Programa ECOXXI*, que é validado através do conjunto de indicadores referenciados no Quadro I.

Quadro I – Indicadores do Programa ECOXXI
Table I – ECOXXI Programme indicators

Código	Sector	Nome	Fonte(s)	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
				PER	IP/IC	IU/INU	
1	Ed. Ambiental/EDS;	Promoção da Educação Ambiental /EDS por iniciativa do município	Município; APA; ME	R	IP	IU	10,0
2	Ed. Ambiental/EDS;	Educação Ambiental - Programas FEE: Eco-Escolas+JRA	ABAE	R	IP	IU	4,5 (+ max.1,0)
3	Ed. Ambiental/EDS; Ambiente Marinho e Costeiro	Implementação da Campanha Bandeira Azul	ABAE	R	IC	INU	2,0
4	Instituições	Participação Pública e Agenda 21 Local	Município; CCDRs	R	IC	IU	6,5
5	Instituições	Informação disponível aos munícipes	Município; Internet	R	IC	IU	4,5
6	Instituições	Emprego na Área de Ambiente	Município; IPQ	R	IC	IU	NA
7	Instituições	Cooperação com a Sociedade Civil	Município; Organizações	R	IC	IU	2,5
8	Instituições	Certificação em Sistemas de Gestão de Qualidade	Município; IPQ	R	IC	IU	2,0
9	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Áreas Classificadas (âmbito Conservação da Natureza)	Município; ICNB; SRAM Açores e DRAM Madeira	R	IC	IU/INU	3
10	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade). Conhecer, Educar e Divulgar	Município; ICNB; SRAM Açores e DRAM Madeira	R	IC	IU	5,0 (+1,5)
11	Conservação da Natureza; Floresta	Gestão e Conservação da Floresta	Município; AFN; INE	R	IC	INU	3,0
12	Ordenamento do Território;	Ordenamento do Território e Ambiente Urbano	DGOTDU; SRAM-Açores; DRAM Madeira	E/P/R	IC	IU	13,0 (+ 0,5)
13	Ar	Qualidade do Ar e Informação ao Público	Município; APA; INE; CCDRs	E	IC	IU	3,0
14	Água	Qualidade da Água para Consumo Humano	Município; ERSAR	E	IP	IU	4,0
15	Água	População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água	Município; ARHs; INAG; INE	E	IC	IU	3,5 (+ 0,5)

Código	Sector	Nome	Fonte(s)	Tipo de Indicador			Pontuação Máxima Possível
				PER	IP/IC	IU/INU	
16	Água	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	Município; ARHs; INAG; INE	R	IC	IU	3,5 (+ 0,5)
17	Resíduos	Produção e Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos	Município; APA; CCDRs; ELGR; INE; ERSAR; SPV	P	IC	IU	3,0
18	Resíduos	Valorização de Resíduos Urbanos	Município; APA; CCDRs; ELGR; INE; ERSAR; SPV	R	IP	IU	4,0
19	Energia	Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal	Município; DGEG; ADENE	E	IC	IU	7,0 (+1,0)
20	Transportes;	Mobilidade Sustentável	Município; APA; DGOTDU; FCSH-UNL (IDE); IMTT; UALG	R	IC	IU	7,0
21	Ruído	Qualidade do Ambiente Sonoro	Município; APA; CCDRs	R	IC	IU	3,0
22	Agricultura	Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	Município; DGADR; INE	E/P	IC	INU	3,5
23	Turismo	Turismo Sustentável	Município; TP; INE	E, R	IC	IU/INU	3,5 (+1,0)

Assim, pretende-se reconhecer o esforço desenvolvido na implementação de medidas no sentido da sustentabilidade, no Município de Torres Vedras com especial ênfase no Ordenamento do Território e Ambiente Urbano e no Turismo Sustentável, indicadores 12 e 23 respectivamente, só poderá ser obtida esta pontuação em função do trabalho desenvolvido na área do planeamento e ordenamento do território. Este programa afere assim, vinte e três indicadores de desenvolvimento sustentável ao nível do Mu-

nicipio, com a atribuição de um galardão. Sublinhe-se que o objectivo fundamental não é o estabelecimento de um conjunto fechado e definitivo de parâmetros, indicadores e índices de sustentabilidade, mas a constituição de uma plataforma estruturada para o debate deste tipo de ferramenta metodológica, que é verificada e validada por um conjunto de entidades e peritos especializados. O sucesso da sua implementação passará sempre pelo envolvimento efectivo de todos os parceiros.

Quadro II – Evolução do Programa ECOXXI em Torres Vedras

ANO	IND ECOXXI	BANDEIRA VERDE	OBSERVAÇÕES
2005/2006	> 55%	A ABAE não atribuiu a nenhum município	Candidatura aprovada
2006/2007	50,85%	SIM	Torres Vedras alcançou os objectivos definidos para 2006
2007/2008	57,8%	SIM	Torres Vedras alcançou os objectivos definidos para 2007
2008/2009	61,09%	SIM	Torres Vedras alcançou os objectivos definidos para 2008
2009/2010	66,20%	SIM	Torres Vedras alcançou os objectivos definidos para 2009
2010/2011	66,80%	SIM	Torres Vedras alcançou os objectivos definidos para 2010

Em relação a este programa, apenas participaram 39 dos 308 Municípios Portugueses no ano de 2009/2010, correspondendo este valor a 12,66%. Na NUT III - Oeste, apenas participaram os Municípios de Torres Vedras e Peniche, totalizando 16,6 % dos municípios da Região.

Como podemos verificar, estamos com valores médios a nível nacional inferiores a 15%, pelo que o referido programa deverá contribuir para serem criados mecanismos tendentes a que os municípios possam ser majorados ao nível das transferências do Estado. Esta seria uma medida interessante para dar continuidade à promoção do desenvolvimento sustentável.

Por último, programa *Quality Coast* é desenvolvido pela *Coastal&Marine Union* (EUCC) é uma Organização Não Governamental, com sede na Holanda, faz a ponte para a implantação do *Quality Coast*, desde 2007. As Administrações da Região Hidrográfica estão a trabalhar com esta ONG Europeia no sentido de criar um sistema de certificação, tornando os municípios mais atractivos e sustentáveis.

O programa *Quality Coast* adoptou em cooperação com a Comissão Europeia, um conjunto de indicadores para fornecer uma medida da sustentabilidade das comunidades costeiras e da qualidade das informações disponíveis, também ele é voluntário e tem como objectivo central a promoção de destinos turísticos sustentáveis, situados em zonas costeiras.

Portugal tinha em 2009, apenas dois municípios certificados pelo programa, que assenta num sistema de certificação de municípios com boas práticas no litoral, onde se inclui a oferta turística. Um desses municípios certificados é o de Torres Vedras, a par de Aveiro.

A certificação territorial é uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável dos municípios costeiros, sendo atribuída de 2 em 2 anos.

O programa *Quality Coast* adoptou em cooperação com a Comissão Europeia, 4 categorias de indicadores, tais como:

1. Natureza & Biodiversidade;
2. Ambiente;
3. Identidade;
4. Socio-Económica.

Categorias essas, definidas com um conjunto 20 sub-indicadores, para fornecer uma medida de sustentabilidade das comunidades costeiras e da qualidade das informações disponíveis, como sendo:

1. Informação e educação, contacto com a natureza, conservação, políticas verdes e paisagens;
2. Bandeiras azuis e praias, transportes sustentáveis, lixo e reciclagem, clima e energia, gestão da água;
3. Património cultural, identidade local, lugares tranquilos, hospitalidade e satisfação, território e tradição;
4. Pressão do turismo, lazer e recreação, participação da comunidade, segurança e saúde, negócios e envolvimento.

Torres Vedras, tem assim, um papel activo na promoção do turismo sustentável e de desenvolvimento local tendo obtido, no ano de 2009, um total de 74 pontos.

Na relação com outros territórios as pontuações mais elevadas foram atribuídas a Noordwijk (Holanda) que obteve 79 pontos e a Koukolia (Chipre) que obteve 70,2 , numa escala de 0 - 5 pontos, por indicador.

Em 2011, os candidatos admitidos com classificação de suficiente (mínimo 5,7, numa escala de 0-10) a atribuição foi o Galardão *Quality-Coast* (QC). No referido ano foram criados vários níveis de Galardões, com uma escala diferente de 2009, a saber:

- QC Bronze (mínimo 5,7)
- QC Silver, no caso de excelência numa das 4 categorias, igual ou superior a 8;

- QC Gold, no caso de excelência em duas categorias;
- QC Platinum, no caso de excelência em todas as categorias.

Torres Vedras, obteve 8,3 pontos na Categoria Ambiente, 8,1 pontos na categoria Identidade, 7,6 pontos na categoria Natureza & Biodiversidade e 7,4 na Categoria Socio-Económica, tendo alcançado o Galardão Gold, tornado no único município em Portugal Continental com tal certificação.

Aveiro não concorreu, no entanto a Região dos Açores, obteve o mesmo galardão com a participação das Ilhas do Pico, Terceira e São Miguel.

Participaram ainda os municípios de Sintra, Lagos, Tavira, Funchal e Porto Santo, tendo obtido o Galardão Bronze.

Podemos afirmar que estamos perante um modelo de desenvolvimento que vai ao encontro das preocupações globais cuja actuação tem base local e onde o planeamento e a monitorização são essenciais, como objectivo de promover o Turismo Sustentável.

5. CONCLUSÕES

É possível concluir que existem motivos para que um território seja mais competitivo e sustentável se percorrer todo um caminho que o leve a ser uma referência quer a nível nacional, quer a nível internacional do ponto de vista turístico, onde a relação entre o planeamento e a monitorização devem estar sempre presentes. Tal só poderá

acontecer graças a um conjunto de políticas de gestão do território, que vão ao encontro dos grandes cimeiras e compromissos internacionais na área da sustentabilidade onde o turismo ocupa e ocupará sempre um lugar de referência.

O caso de estudo apresentado vem revelar que há caminhos que devem ser percorridos, mas nunca sem prejuízo de se encontrar outros modelos.

Uma das determinantes é a avaliação completa da natureza inerente aos indicadores de medida, sendo estes meras indicações, segundo Clarke (1997).

Estas conclusões assentam sobretudo num modelo que tem vindo a ser desenvolvido, sendo considerado actualmente como ponto de partida embora se espere que nunca sêja encarado como um ponto de chegada.

BIBLIOGRAFIA

Livros

ASHER F (2010) *Novos Princípios do Urbanismo*, Livros Horizonte.

CORBUSIER L (1995) *Maneira de Pensar o Urbanismo*, Lisboa, Publicações Europa América.

CUNHA L (2006) *Economia e Política do Turismo*, Verbo.

CUNHA L (2007) *Introdução ao Turismo*, Verbo

GOITA F (1989) *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença.

GREED C (2000) *Introducing Planning*, London, The Athon Press.

REIGADO F (2000), *Desenvolvimento e Planeamento Regional*, Editorial Estampa.

A constante busca da evolução e da inovação devem fazer parte intrínseca dos agentes decisores e a busca de outros modelos a ser desenvolvidos será sempre extremamente importante na evolução do turismo sustentável.

Este artigo pretende transmitir que os instrumentos de gestão territorial e que os indicadores que permitem o desenvolvimento de determinados modelos de planeamento, devem ser encarados como promotores do Desenvolvimento Sustentável, onde o turismo está inserido.

Do ponto de metodológico esta foi uma primeira abordagem ao tema, apontando o caminho para investigação futura, através da elaboração de questionários e inquéritos às comunidades e entidades locais, bem como aos turistas, de toda a NUT III Oeste.

Artigos

GUARDADO C (2003) *Portugal e a Lusofonia no âmbito do Desenvolvimento Sustentável*, Revista de Educação Social – Lusofonia Identidades e Culturas Nacionais: 105-118.

KOLBERT E (2011) *Antropocénico: a Era do Homem*, Revista National Geographic, Março 2011: 32-39.

MACHETE R (2011) *Clima e Turismo num Contexto de Mudanças Climáticas*, Revista Finisterra: 139-154.

SIMÕES J (2007) *Ordenamento Municipal e Desenvolvimento Local: Uma Reflexão*, Inforgeo: 39-48.

Documentos de Apoio

EUCC (2009) Quality Coast Awards, Revista: 2-15

EUCC (2011) Quality Coast Awards, Revista: 2-20

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, Edição de 2006

EUCC (2009) Quality Coast Awards, Revista: 2-15

EUCC (2011) Quality Coast Awards, Revista: 2-20

Plano Director Municipal de Torres Vedras, Publicado em Setembro de 1995.

Plano Director Municipal de Torres Vedras, Publicado em Setembro de 2007.

Plano Municipal de Recursos Naturais de Torres Vedras, Edição 2008.

Internet

<http://www.cm-tvedras.pt/outros/noticias/detalhes/?id=1824>[Acedido em 10 de Janeiro de 2012]

<http://www.cm-tvedras.pt/viver/urbanismo/ordenamento-territorio/pdm/>[Acedido em 10 de Janeiro de 2012]

<http://torresvedras21.com/paginas/desenvolvimento-sustentavel> [Acedido em 19 de Janeiro de 2012]

<http://www.qualitycoast.net/> [Acedido em 19 de Janeiro de 2012]

<http://www.abae.pt/programa/ECOXXI/galardao/2011/index.php>[Acedido em 19 de Janeiro de 2012]

<http://www.abae.pt/home/inicio.php> [Acedido em 19 de Janeiro de 2012]

<http://www.abae.pt/BandeiraAzul/>[Acedido em 19 de Janeiro de 2012]

<http://www.sustentavelturismo.com/2011/04/o-que-e-turismo-sustentavel.html>[Acedido em 19 de Janeiro de 2012]

http://www.inag.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=113%3APOOC+de+Alcoba%C3%A7a-Mafra&Itemid=44[Acedido em 19 de Janeiro de 2012]

<http://portal.icnb.pt/ICNBPortal/vPT2007/O+ICNB/Rede+Natura+2000/?res=1024x768> [Acedido em 19 de Janeiro de 2012]

<http://www.ccdr-lv.pt/pt/prot-ovt/613.htm> [Acedido em 19 de Janeiro de 2012]